

Os zapatistas ainda existem¹

François HOUTART²

Chegando no Chiapas em fins de 2012, a pergunta a qual queria muito responder era a de saber se os Zapatistas ainda existiam.

Circulavam a esse respeito muitos rumores. Quase não se falava mais deles, o que significava para aqueles que pouco os conheciam quase que um desaparecimento. De fato, o sub-comandante Marcos habituara a mídia a uma produção intensa de textos, declarações, histórias, narrativas mais ou menos simbólicas, a ponto do silêncio desse grande comunicador só poder significar o refluxo ou, ainda pior, a prova de uma derrota.

Ora, em 21 de dezembro de 2012, no dia da mudança do calendário maya (e não do fim do mundo, como a

¹ Tradução do original *Les zapatistes existent toujours* por Luiz Jorge Vasconcelos Pessoa de Mendonça. Doutor em Economia e professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil). E-mail: <ljvpmendonca@gmail.com>

² Doutor em Sociologia e Mestre em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Católica de *Louvain* (Bélgica), onde é professor. Autor de mais de 50 livros e centenas de artigos especializados e de artigos, foi premiado pela UNESCO, em 2009, por seu trabalho em prol da tolerância e da não violência. Em 2010 foi candidato ao Premio Nobel da Paz em 2010. E-mail: <houtart@hotmail.com >

imprensa proclamava de forma sensacionalista) 40.000 pessoas, portando o boné zapatista, desfilaram em silêncio em cinco cidades do Estado de Chiapas, dos quais 20.000 na capital histórica do Estado, San Cristobal de las Casas. Vieram das montanhas do centro e do norte do Estado ou da floresta de Lacandona, a leste de San Cristobal, uma região do tamanho da Bélgica, pegando todo mundo de surpresa. É preciso imaginar o que significa preparar tal operação, reunir veículos, mobilizar as pessoas, obter a aceitação de todos, pegar a estrada em uma região com pouca segurança, percorrer dezenas de quilômetros e desfilar em ordem, pacificamente, em cinco cidades e sem que alguém se atrase.

O mais impressionante foi a maneira de realizar essa manifestação: sem dizer uma única palavra, sem cartazes, sem slogans, sem discursos de encerramento, simplesmente andando. Era a resposta posta a questão colocada no início deste texto. A mensagem era clara : vocês acreditam que estamos em declínio, porém existimos e somos tão fortes como há 19 anos, quando tomamos diversas dessas cidades pelas armas. Somos até mais fortes, já que a tomamos sem armas. Nosso silêncio era eloqüente, pois encoberto ao mesmo tempo pelo fortalecimento de nossa organização local e pelas múltiplas experiências comunitárias em curso, face ao desastre atual da sociedade mexicana, que afundava-se na guerra ao narcotráfico, nos

meandros da política suja, na utilização sistemática da tortura, na fraude de eleições, no início de uma recessão econômica. Não damos lição à ninguém, porém nessa nova era dos mayas, queremos afirmar que existimos; que apesar de todos os acontecimentos anunciados, estamos de fato bem vivos, em um território onde o narcotráfico é inexistente e o alcoolismo, típico das sociedades indígenas marginalizadas desde o século 19, quase que desapareceu totalmente nas comunidades zapatistas; que fomos capazes ao longo dos últimos dez anos de multiplicar as escolas de base. Somos coletivamente ativos, proclamando valores humanos de solidariedade, de convivialidade, de responsabilidades partilhadas. O breve comunicado publicado após a marcha dizia: "Vocês ouviram. É o barulho do mundo de vocês que se afunda. É o do nosso que ressurgir [...]"

A mensagem foi forte e teve um impacto considerável sobre a opinião mexicana. Ela repercutiu em todo o continente e até além das fronteiras da América Latina. Como comunidades indígenas, vivendo na pobreza, isoladas de qualquer apoio oficial (as comunidades, municipalidades e os cinco Conselhos de bons Governos em nível regional localizados nos *caracoles*³ não recebem qualquer ajuda

financeira do Estado, nem para sua administração, nem para a saúde, nem para a educação), combatidas pelos poderes públicos, atacadas por grupos paramilitares, divididas em postos das forças armadas governamentais, podem ainda assim se afirmar publicamente? De fato, pouco se esperava, mas as surpresas não pararam aí.

Algumas referências históricas

Cinco anos antes, eu havia passado alguns dias na Universidade da Terra, que se tornara uma base importante dos zapatistas para formar os jovens da comunidade em agricultura, economia local, cooperativismo, análise social e política, e para organizar reuniões internacionais. Ela se situava nos arredores de San Cristobal. De fato, um colóquio foi organizado em homenagem a André Aubry, um francês que fora padre operário e que tinha vindo colaborar com o bispo de San Cristobal, Monsenhor Samuel Ruiz. Ele também colaborara estreitamente com o Movimento zapatista. Por ocasião do lançamento da revista *Alternatives Sud*, que desde seu início, em 1994, publicou diversos artigos sobre os zapatistas, ele colaborou com o CETRI⁴. Infelizmente, morreu em 2001, em um acidente de carro. O sub-

³ Nome tomado de um grande marisco, que servia de tromba para as cerimônias indígenas, mas também símbolo do tempo não linear e cíclico, do modo de organização social e do exercício do poder e que foi dado pelos

zapatistas ao espaço que abriga a unidade administrada pelo governo, superior às municipalidades e reunindo o centro de saúde e a escola secundária.

⁴ Centro tricontinental fundado em 1976 em Louvain-la-Neuve.

comandante Marcos fez parte desse seminário, que reuniu mais de um milhão e onde tiveram a palavra Pablo Gonzalez Casanova, ex-reitor da Universidade Nacional; Noémi Klein, jornalista canadense; Immanuel Walerstein, sociólogo norte-americano e muitos outros. Eu também havia sido convidado a intervir.

Com seu bom humor habitual, Marcos começou sua homenagem a Aubry com uma referência a Don Durito de la Lacandona (um escaravélio scarabée da floresta tomando-se por Don Quixote e cujo escudeiro era o próprio Marcos) dizendo o seguinte: “[...] o problema com a realidade, é que ela não conhece nada da teoria” (BASCHET, 2009, p. 47)⁵. Vindo de um membro de uma guerrilha de inspiração guevarista, formado após o massacre dos estudantes em 1968, praça de Tlatelolco na capital federal, e tendo partido para a trincheira no início dos anos 1980, na floresta de Lacandona no Chiapas, tal intervenção poderia parecer bem estranha. De fato, ao longo dos anos passados com as comunidades andinas, a Armada Zapatista de Libertação Nacional tinha aprendido muito. O próprio Marcos, que havia sido professor de Ciências da Comunicação na Universidade Autônoma do México, tinha

rapidamente revisto as grandes idéias de uma “[...] vanguarda vinda para anunciar às massas o caminho a seguir para fazer a revolução”. Ele se deu conta que o saber era compartilhado e que os indígenas eram portadores de uma sabedoria profunda, apurada por mais de 500 anos de resistência à opressão e sem ter perdido sua identidade.

De fato, a referência a Emiliano Zapata, aquele que no início do século 20 foi responsável pelo início da reforma agrária, a fim de tirar o México do feudalismo herdado da colonização, significava que não se vivia mais num tempo pré-colonial. Era necessário olhar para o futuro. No entanto, ao invés de de tomar "a verdade" vinda do exterior, os neo-zapatistas compreenderam que era necessário descobri-la a partir do interior. No mesmo espírito de Joseph Cardijn, o fundador da Juventude Operária Cristã (JOC) na Bélgica, que encorajava os jovens trabalhadores a observarem, pensarem e mudarem a condição operária, seguindo o método "ver, julgar, agir", ou da forma que Paulo Freire no Brasil, com a *Pedagogia do oprimido*, partia do saber popular existente para amplificar progressivamente as perspectivas e conhecimentos, Marcos ingressou na escola dos povos autóctones para viver com eles as mudanças necessárias.

Não é que ele menospreze a teoria. Enquanto intelectual e leitor de Rosa de Luxemburgo (nada de revolução sem teoria) ele não poderia fazer isso, porém colocava a sistematização do

⁵ A obra de Jérôme Baschet retoma uma boa quantidade dos escritos do sub-comandante Marcos, precedendo-os como uma introdução de síntese, dando uma visão bem completa do que significa o movimento zapatista na sociedade mexicana. Agradeço este autor aportado a esses textos as considerações de seu saber.

pensamento em seu lugar. Ele acrescentava na introdução de sua intervenção no Colóquio de 2007: "Acredito que posso me permitir tentar expor os rudimentos dessa teoria, tão distinta das demais, enquanto prática" (BASCHET, 2009, p. 47). O "sub", como o chamavam, era sem dúvida crítico da realidade, mas não caía nos excessos de certos pós-modernos, cuja recusa de sistemas, de estruturas, de teorias, da organização da história, os transformava em excelentes ideólogos do neo-liberalismo. Com efeito, este tinha bastante necessidade de ignorar a organização sistêmica das bases materiais do capitalismo e as de poder que o caracterizam.

O levante de diversos povos mayas em Chiapas, em 01 de janeiro de 1994, apoiado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), portanto, não foi fruto do acaso, nem uma coincidência espontânea entre os envolvidos. Foi resultado do cruzamento inédito de um grupo de revolucionários possuindo domínio competente da análise marxista com as comunidades indígenas impregnadas por sua longa história de lutas sufocadas, sabendo mais que qualquer outro povo o que é solidariedade ativa a serviço de uma causa comum e que se preparavam para uma insurreição de uma forma ou de outra, atingindo suas próprias bases de sobrevivência (LE BOT, 1997). Uma década de coexistência permitiu que os primeiros abandonassem sua arrogância revolucionária e descobrissem que "aprendemos caminhando", e os

segundos que suas lutas ancestrais atualmente se inserem naquelas lutas de diversos povos no mundo contra um sistema econômico de espoliação e morte.

As lutas contemporâneas dos Mayas não começaram com os zapatistas em 1994. Na vizinha Guatemala as revoltas dos povos indígenas foram múltiplas e particularmente sangrentas. Neste país as vítimas indígenas são contadas por centenas, massacrados na luta pela terra e por autonomia, frente a regimes políticos e militares, todos apoiados pelos Estados Unidos que, na época, viam essas lutas como prelúdio a sovietação da América Latina. Um movimento como o Juventude Operária Cristã (JOC), implantado entre os jovens trabalhadores da cidade e do campo, tinha desde os anos 60 pagado um pesado tributo pela luta social, diversos de seus dirigentes, que conheci bem, foram assassinados.

Em 1981, em Tehuantepec, no Estado de Oaxaca, vizinho a Chiapas, próximo do oceano pacífico e quase fronteira da Guatemala, houve a reunião anual dos bispos progressistas do continente. Estavam presentes, como representantes mexicanos, além do Bispo local, o Bispo Don samuel Ruiz, bispo de San Cristobal, e Don Sergio Mendez Arceo, bispo de Cuernavaca. Ele me convidaram para apresentar análises sócio-religiosas. Numa tarde, uma religiosa guatemalteca acompanhada de uma jovem índia solicitou ser recebida em caráter de

urgência pelo grupo. Ela explicou que massacres de populações indígenas estavam em curso na Guatemala, onde acabara de atravessar a fronteira. Apresentou como testemunha esta jovem, que mal falava espanhol e se exprimia na língua local, traduzida pela religiosa. Son acabara de ser assassinado na embaixada da Espanha, tomada de assalto por um grupo que desejava atrair a atenção da opinião pública internacional sobre as populações autóctones. Sua comunidade foi alvo de represálias. Ela nos falou durante uma boa meia hora, com a voz apenas audível, típica das mulheres indígenas. Nós a escutamos sem interrompê-la, chocados pelo seu testemunho. Lhe foram pedidos detalhes afim de alertar os grupos de direitos humanos. Esta jovem chamava-se Rigoberta Menchu e ia tornar-se mais tarde Prêmio Nobel da Paz.

A data da revolta zapatista, em 01 de janeiro de 1994, não foi escolhida por acaso, mas apenas por ser a data da entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio com os estados Unidos (NAFTA). Esse acordo, que iria se revelar desastroso para a agricultura mexicana, favorecia certos setores da elite do país, mas sobretudo os interesses do agro-negócio e de algumas indústrias dos Estados Unidos. Tratava-se, como em todos os casos semelhantes de um “[...] tratado entre o tubarão e as sardinhas”. Alguns anos mais tarde, forçosamente constatou-se que o México, exportador de milho, tornou-se um dos maiores importadores do milho americano, quase 4 milhões de pequenos

agricultores perderam seus empregos. Isso exerceu uma tal pressão migratória a ponto dos Estados Unidos construírem, na fronteira sul, o muro da vergonha, onde pessoas perdiam a vida a cada ano quatro vezes mais do que durante a existência do muro de Berlim. O Nafta fôra precedido, em 1992, pela revogação do artigo 17/27 da Constituição, referente à reforma agrária, preparando dessa forma novas concentração de terra e colocando um fim ao sonho de Emiliano Zapata.

Ocupando as cidades de Chiapas, com um exército disciplinado e uma estratégia militar de ponta, os Zapatistas não tinham a intenção de tomar “Los Pinos” (residência presidencial), mas apenas provocar um choque capaz de despertar as forças sociais do país e em particular dos povos autóctones, para colocar em marcha um processo de transformações econômicas e sociais.

Um ano antes, na virada da noite de 31 de dezembro a 01 de janeiro de 1994, eles haviam proclamado a Primeira Declaração da Floresta de Lacandona, detalhando suas reivindicações: terra, teto, saúde, educação, liberdade, democracia, justiça, paz e pedir a demissão do presidente Salinas de Gortari. De fato, a região era uma das mais deprimentes do país e infelizmente, 20 anos depois, isso pouco se alterou. Segundo um artigo de *La Jornada*, de 04/01/93, dos 7 milhões de habitantes de Chiapas, 2,7 vivem na pobreza extrema, ou seja 40%, e é inútil especificar que isto atinge principalmente a população

indígena. O analfabetismo atinge 25,4% da população, contra 10% no total do país, e 32,2% não têm acesso à saúde.

A reação do governo ao levante zapatista foi dura. Houve combates e vítimas. Após 12 dias as autoridades propuseram um cessar fogo e abertura de negociações, o que foi aceito pelos zapatistas, o objetivo deles de atrair a atenção da nação e do mundo sobre a situação intolerável foi atingido e a correlação de forças quase não permitia outra solução.

Uma pessoa exerceu um papel importante no proceso de paz, Monsenhor Samuel Ruiz, o bispo de San Cristobal de las Casas, e isso não foi por acaso. De fato, após muitos anos, ele tinha sido o inspirador das comunidades de base entre os povos indígenas. Muito ativo, durante o Concílio Vaticano II, membro do grupo da "Igreja para os pobres", que se reunia regularmente no colégio belga de Roma, com a finalidade desenvolver perspectivas de solidariedade ativa com os oprimidos do mundo, ele tinha posto seus princípios em prática na Diocese de Chiapas. Ele era o digno sucessor do primeiro bispo de San Cristobal, o dominicano Bartolomé de las Casas, defensor dos índios contra os proprietários de fazendas espanholas.

Durante a Conferência de Medellin, em 1968, que reunia os bispos do continente para implementação do Concílio da América Latina, ele foi um

dos que apoiou a telogia da libertação. Organizou a catequese sobre uma base de integração das comunidades e um diaconato indígena para manifestações das comunidades cristãs. Em suma, uma outra forma de ser da Igreja, não vertical e autoritária, mas popular e partilhada. Inútil falar que na vaga da restauração que se abateu sobre o catolicismo em reação às reformas do Concílio Vaticano II, ele foi alvo do Santo Ofício, que enviou um emissário apostólico, lhe impôs um Bispo auxiliar com direito de sucessão e finalmente exigiu sua demissão, pedido que lhe foi informado por telefone durante uma reunião de bispos progressistas da América Latina, na qual eu participava como palestrante, nos arredores de São Paulo no Brasil.

Monsenhor Samuel Ruiz havia semeado as premissas de uma organização religiosa participativa, dando às comunidades indígenas um senso de suas reponsabilidades na construção de uma outra sociedade mais adequada em relação aos valores do evangelho. Sem fazer qualquer amálgama, pode-se dizer que, no campo religioso, uma afinidade tinha sido criada entre a nova visão cristã e aquela que iria tornar-se organizações indígenas fruto da insurreição zapatista e que pouco depois do fim dos combates ia tradusir-se na instiução dos municíos zapatistas. As negociações com o Governo abriram-se portanto desde fevereiro de 1994, na catedral de San Cristobal. Apesar disso, o presidente Emilio Zedillo lança

em 1995 uma ofensiva militar para tentar capturar o sub-comandante Marcos, porém ela foi um fracasso. As negociações prosseguiram durante diversos meses. Fizeram parte delas duas pessoas outras pessoas importantes para a história desse processo, Don Pablo Gonzalez Casanova, sociólogo e antigo reitor da Universidade do México, e Miguel Alvarez, católico engajado nos movimentos populares. Disso resultaram os *Acordos de San Andrés*, pequena cidade não muito distante de San Cristobal, sobre os direitos das comunidades indígenas. Eles foram assinados pelo exército zapatista de liberação nacional e pelo Governo, em 16 de fevereiro de 1996, porém o presidente Zedillo recusou-se a promover a votação da reforma constitucional que deveria permitir transformá-la em norma legal.

A ação zapatista proseguiu tanto plano nacional quanto internacional. Em 1996 houve uma conferência intitulada por Marcos de inter-galática, contra o neoliberalismo e que reuniu milhares e participantes numa espécie de antecipação dos Foruns sociais mundiais. No mesmo ano foi fundado o Congresso nacional indígena, com a finalidade de reunir as forças dos povos autóctones do país para uma ação comum. Em 1998, uma consulta nacional foi organizada pelo movimento em todo o país a favor da aplicação dos acordos de San Andrés, recolhendo nas praças públicas inúmeras assinaturas. No mesmo momento, reuniu-se na capital mexicana um grupo de reflexão sobre

as mudanças sociais, no qual participaram, dentre outros, Samir Amin e Danièle Mitterrand. Os participantes, inclusive eu, foram convidados a encontrar uma delegação zapatista no subúrbio da cidade de Xochimilco, na base de uma pequena montanha sagrada, cujas rochas ainda têm traços do calendário asteca e onde os zapatistas tinham celebrado os solstícios da primavera. Eles desceram a montanha enquanto os membros do colóquio foram para a subida. O porta voz deles dirigiu-se ao grupo e eu fui encarregado de traduzí-los. Ele iniciou falando da satisfação do Movimento em saudar “[...] a senhorita Françoise Mitterrand”. Fui pego um pouco de surpresa, mas felizmente todos tinham compreendido bem.

Um pouco mais tarde, no grande parque público do local, reconquistado e administrado pelas forças populares locais, fomos convidados a fazer um tour de barco no lago. Para nosso grande espanto outra embarcação cruzou com a nossa, cheia de zapatistas com seus bonés. De fato, somente no México um movimento revolucionário pode se permitir tamanha excentricidade! No entanto, era lógico. Havia um cessar fogo, nesse momento repetido por ambas as partes. Então os zapatistas realizavam uma ação política.

Em 2001, eles organizaram uma *Marcha da cor da terra* para reivindicar os direitos dos povos indígenas. Isso nos levou até Zocalo (a praça principal) na cidade do México e eles foram até mesmo recebidos no

Parlamento. Marcos deixou a palavra para uma comandante indígena que se dirigiu à Assembléia. No entanto, no mesmo ano, após a recusa do Presidente em 1995, foi a vez do Parlamento, que realizou um voto unânime do conjunto dos grandes partidos contra a colocação em prática dos Acordos de San Andrés. Neste dia, estando no México para um seminário na universidade nacional (UNAM), participei com Pablo González Casanova e Migual Álvarez, colaborador do Monsenhor Samuel Ruiz e coordenador do movimento de apoio aos povos indígenas, de uma manifestação de protesto ao Parlamento. Os zapatistas sentiram-se traídos, inclusive a esquerda, o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado por Cuauhtémoc Cardenas, filho do grande presidente reformador no século 20, acabou por se revelar, no final das contas, como sendo um agrupamento dos desiludidos com o Partido Revolucionário Institucional (PRI), mais do que um verdadeiro partido de esquerda.

Contudo, os zapatistas prosseguiram com sua organização interna, apesar dos ataques cada vez mais violentos, da utilização de paramilitares para tentarem retomar as terras durante a insurreição, das divisões internas das comunidades nas comunidades indígenas encorajadas de fora, e da ação debilitante de certos movimentos religiosos do tipo pentecostal. Diversos dentre eles foram condenados a penas severas, como Albert Patish Tán, membro da L'Autre campagne e seus

companheiros. Em 2013, colocaram em marcha os Conselhos de Boa Governança, cuja sede foi posta nos caracoles. No mesmo ano, organizaram uma tomada de posse simbólica da antiga capital de Chiapas. Em 2005, lançaram a Sexta Declaração da floresta de Lacandona, que retomava as grandes orientações de sua luta e, em 2007, organizaram um encontro internacional de mulheres para uma vida digna e um outro desenvolvimento.

O impacto do zapatismo sobre a sociedade mexicana mostrou-se real. Uma parte importante da intelligentsia lhe era simpática. O apelo do movimento criou um clima favorável para um avanço democrático. Uma reunião dos Povos indígenas do México desabrochou. A grande marcha pacífica organizada pelo subcomandante Marcos o levara com diversos líderes indígenas do movimento até a capital e, inclusive, ao parlamento. Uma consulta popular havia sido organizadas pelos zapatistas sobre as exigências de participação democrática no país.

No entanto, no plano político, a situação continuava bloqueada. Embora tendo apoiado o PRD, o movimento desvencilhou-se desse partido e por ocasião das eleições de 2006, organizou um "Outro Campo", entre janeiro e junho, através de todo o país, recomendando uma reorganização das organizações sociais e coletivas anti-sistêmicas do país à margem da luta eleitoral, que

consideravam estranhas a seus objetivos. Alianças se fizeram, não somente com outros movimentos indígenas, mas também com inúmeros grupos marginalizados ou subalternos, excluídas as esquerdas clássicas, isto é, partidos participantes ou tendo participado do poder, e os principais movimentos sindicais. Associaram-se também ONGs e intelectuais críticos dos poderes em todas as dimensões, nacional e local.

Foi o Partido Autônomo Nacional (PAN) que ganhou legitimamente as eleições, impondo uma política reacionária de direita e o alinhamento com os EUA. Em 2007, por ocasião do colóquio organizado em memória d' André Aubry, interroguei o sub-comandante Marcos, no início de minha intervenção, sobre a oportunidade de recomendar a abstenção no contexto nacional, tal posição só poderia favorecer a direita. Era uma questão delicada e provavelmente inocente, senão deslocada. Marcos não se omitiu e respondeu primeiro em francês e em seguida em espanhol: "Como quer que peçamos para votarem em nossos algozes?" De fato, o governador de Chiapas da época, Juan Salinas Sabines, filho de outro governador, Jaime Salinas Sabines era membro do PRD e tinha sido um dos mais cruéis perseguidores dos zapatistas. Houve também as vítimas do ataque a Zinacantan, por parte das autoridades municipais do PRD. Outros massacres já haviam ocorrido quando o PRD esteve no poder (em especial, em 1997, 45 tzotzils em uma igreja de Acteal,

principalmente mulheres e crianças). Para-militares eram utilizados em rápidos trabalhos sujos. A divisão entre as comunidades era diretamente encorajada pelas autoridades. A retomada de suas terras pelos antigos latifundiários era apoiada pelas forças no poder. Isso levava a deslocamentos da população e provocava também inúmeras vítimas. Marcos tinha razão o poder em vigor no Chiapas tinha sido desastroso vis-à-vis ao movimento indígena.

Entretanto, no plano nacional, Andres Manuel Lopez Obrador (AMLO) como o chamavam, o novo presidente do PRD, não defendia um programa reacionário. Antes da campanha eleitoral em 2005 ele havia sido impedido pelo governo no poder de se apresentar como candidato nas eleições. Isto desecandeu a maior manifestação que o México já conheceu: mais de um milhão de pessoas nas ruas da capital para exigir democracia. Tendo chegado da Europa na mesma noite para um seminário na UNAM, tive a oportunidade de participar dela e constataro que significava tal reenviadação, que iria alguns anos mais tarde ocorrer também no mundo árabe. Não era o destino político de uma pessoa que estava em jogo, mas todo um sistema que roubava do povo sua soberania. Era uma questão de princípio, de dignidade e inúmeros cartazes tinham o nome da AMLO, a maioria deles expressavam o desejo de fazer respeitar o funcionamento de uma democracia, mesmo que muito frágil neste caso.

Andres Manuel Lopez Obrador perdeu as eleições. Ele a denunciou, com razão mas sem sucesso. Quatro anos mais tarde, em 2010, estava novamente em campanha, percorrendo todos os municípios do país. Por ocasião do Forum Social Mundial sobre Economia, em janeiro deste ano, eu estava em um painel com ele, sob uma tenda colocada no Zocalo da cidade do México. Na mesma praça, um grupo de sindicalistas de eletricidade fazia uma greve de fome contra a privatização do setor. O tema do painel era o sistema econômico. De forma bastante decepcionante, AMLO evitou o tema para se concentrar na sua campanha eleitoral, explicando como, de cidade em cidade, ele tomou contato com o México profundo. Estratégia admirável, mas com que conteúdo? Isso quase não foi explicado. A medida que sua campanha se desenvolvia, ele especificava seus objetivos, porém isto continuava insuficiente, mesmo em relação aos mais prudentes regimes “progressistas” do resto da América Latina.

Dessa vez os zapatistas não se pronunciaram, o que foi interpretado como sinal de fraqueza. Bem verdade que a incitação à abstenção nas eleições nacionais anteriores tinha desencorajado uma parcela da esquerda mexicana e principalmente muitos intelectuais, que se distanciaram do zapatismo, avaliando que este tinha negligenciado a lógica política nacional para concentrar-se nas posições locais. Para os zapatistas o

silêncio adotado em 2012, 6 anos após defender a abstenção de fato, era provavelmente a expressão de uma desaprovação das práticas políticas existentes, aguardando e preparando discretamente novas estratégias.

O sentido da participação democrática

Até o presente momento, abordamos principalmente o contexto geral do desenvolvimento do movimento zapatista, porém o que dizer de sua prática interna? Lembremos primeiramente que o Chiapas é uma das regiões mais pobres do México, onde a estrutura da propriedade excluía e marginalisara as populações indígenas, empurrando-as para as montanhas ou para as florestas. Nenhuma participação na renda do petróleo ou das grandes plantações, principalmente para os agro-carburantes. As riquezas naturais beneficiam os interesses privados mexicanos ou internacionais. O turismo é uma atividade econômica de enclave. Os “projetos de desenvolvimento” e as construções da infraestrutura se inserem nas estratégias de contra-insurreição. Ao lado disso, a taxa de mortalidade infantil e, como vimos, também a do analfabetismo permanecem elevadas. Há uma falta de instituições de saúde e ensino. Diversos povos indígenas se entrelaçam quase sem se misturar. Sua línguas são menosprezadas, suas crenças tradicionais são folclorizadas. Embora de fato seja juridicamente reconhecidos como seres humanos, mas o que significa isso de fato?

Uma sociedade a ser construída sobre outra base que a do capitalismo

Está claro para os zapatistas que a organização capitalista constitui uma perversão social. Ela destruiu os próprios fundamentos da vida em comum e transformou os países e suas diversas regiões em “domínio” do capital transnacional. A longa história dos povos indígenas é evocada pelo movimento. A submissão à escravidão dos povos originários do continente a partir de fins do século XV, para a produção de metais preciosos que iria servir de base para a acumulação primitiva do capital europeu, assim como a obrigação de trabalhar como mão de obra nas plantações, até o ponto de provocar a quase extinção e abandono forçado de suas próprias terras para se refugiarem nas montanhas e florestas. Os independentistas do século XX, enaltecidos pelas elites criollas não reestabeleceram em nada a história e a identidade das populações autóctones e a expansão do capitalismo agrícola os transformou em mão-de-obra barata.

No México, apesar dos esforços revolucionários do início do século 20, que tinham reconstituído as terras coletivas dos povos indígenas (*los ejidos*) e reconhecido uma parte das organizações tradicionais deles, os povos originários não chegaram a conseguir fazer sua presença prevalecer como elemento constitutivo da sociedade mexicana. Isso é importante para compreender o sentido da revolta zapatista. O

neoliberalismo predominante a partir de fins dos anos setenta acabou por varrer as conquistas do passado revolucionário, e pouco a pouco o conjunto do país engajou-se na lógica do mercado desregulamentado, da dívida externa crescente com pesadas taxas de juros, da renda petrolífera açambarcada por uma minoria, das relações desiguais com as economias do Norte e finalmente da supressão dos últimos vestígios da reforma agrária. O PRI, partido surgido da revolução, colocou-se pouco a pouco a serviço do projeto capitalista e, profundamente corrompido, passou a organizar sua reprodução política de eleição em eleição.

As cerimônias organizadas para o 500º aniversário do “reencontro das civilizações” nas palavras do Governo Espanhol, da “conquista” afirmava a maioria dos povos latino americanos, aceleraram a tomada de consciência dos povos indígenas do conjunto do continente. Para eles foi a oportunidade de sair da clandestinidade, de afirmar suas culturas como modo de vida, de divulgar sua estrutura de organização coletiva e seus líderes tradicionais, de afirmar o valor de suas religiões e cosmovisões. Pouco a pouco revelava-se uma identidade que, de fato, embora reprimida, nunca tinha desaparecido completamente. Em diversos locais, como no Equador, na Bolívia e até na Guatemala, essa identidade revelava-se, desde os anos 80, como uma força política.

Contudo, no México, como alhures, o sonho dos povos indígenas não se manifestava nunca como separatismo. No Chiapas, os diversos povos maias afirmavam-se claramente mexicanos. O que realmente reenvidicavam era seu lugar na sociedade nacional. Nas municipalidades zapatistas e nos "caracoles", todos os atos públicos realizavam-se sob a bandeira nacional mexicana. O "perigo separatista" dos movimentos indígenas foi durante todo tempo um dos slogans da burguesia urbana mexicana, que evidentemente temia perder sua hegemonia sobre o sistema político. Ela analisava o movimento em termos culturais e políticos, não se dando conta que o indigenismo do Chiapas constituía-se progressivamente numa força socio-econômica, que evidentemente criticava o sistema político enquanto garantia institucional da ordem econômica, porém não o questionava de forma alguma em termos de identidade nacional. Que existam desejos nostálgicos de retorno a um passado idealizado em meio aos povos originários é mais do que provável, porém esta é a última censura que se pode fazer aos zapatistas, estes conseguiram realizar a síntese entre a afirmação de uma identidade indígena e a crítica ao capitalismo enquanto sistema de exclusão no interior da sociedade mexicana.

Todo o problema, portanto, residia em colocar em prática os princípios por eles afirmados. Segundo a orientação de base, os zapatistas agiam no nível

que podiam controlar, isto é, localmente, em seus territórios. Reorganizar a produção material da existência humana (a economia) fora da lógica de acumulação foi um dos seus primeiros objetivos. Para isso, era preciso abolir a propriedade privada da terra como base da produção agrícola. A reconquista das terras coletivas das comunidades indígenas foi portanto empreendida, conjuntamente com uma organização democrática de valorização delas. Foram organizadas cooperativas para a produção e comercialização dos produtos. Utilizou-se o excedente para financiar equipamentos comuns. Diversas cooperativas de transporte também foram criadas, que contribuiu, entre outras coisas, para mobilizar tantas pessoas para as manifestações de 21 de dezembro de 2012.

No primeiro dos três comunicados no início de janeiro de 2013, o sub-comandante Marcos, em nome do Comité clandestino revolucionário indígena e da Armada zapatista de Libertação Nacional, insistiu sobre o fato que a forma de responder às necessidades da comunidades tinha, ao longo dos últimos 19 anos, dado resultados positivos. A produtividade agrícola (estritamente orgânica, isto é, sem utilização de produtos químicos ou transgênicos) foi nos grupos zapatistas, conforme ele escreve, comparativamente superior a das demais comunidades. Segundo testemunhos da localidade, é o caso principalmente do café, destinado principalmente para a exportação. Essa

situação permitiu o financiar serviços comuns, apesar da ausência de qualquer subsídio público e dos ataques violentos e recorrentes (entre 1996 e 1999, houve inúmeras agressões e deslocamentos forçados das populações; em junho de 2012, houve inclusive diversas vítimas nas montanhas do centro do Estado)

Para retornarmos ao comunicado de Marcos. O último lembrou que em certas localidades os não-zapatistas dispuseram dos serviços de saúde do movimento, considerando-os mais eficazes. Evidentemente é necessário acrescentar que a comunidade internacional exerceu um papel não pouco importante, financiando parte desses serviços. No entanto, dada a crise e seu desenrolar e a experiência zapatista prosseguindo há quase duas décadas, tal ajuda tende logicamente a diminuir. Ela deve, portanto, ser compensada por esforços locais.

As iniciativas produtivas, tal como a organização social e política coletiva, exigiam formas adequadas à filosofia de base do movimento, isto é, a participação de todos, ou a democracia direta. As práticas sociais tradicionais dos povos indígenas podiam ser uma fonte de inspiração. No entanto, elas também não estavam isentas de um “caciquismo” ou “machismo”. Era necessário portanto redefinir o exercício do poder e essa foi uma das tarefas fundamentais do movimento. Os escritos do sub-comandante testemunham isso abundantemente.

Para evitar que o poder não se transforme em objetivo, perdendo

então sua função de meio a serviço de um fim, a consulta às comunidades tornou-se uma prática constante. Ela é exercida para designar as pessoas encarregadas da gestão de diversos graus de poder, os titulares dos cargos municipais e dos Conselhos sendo eleitos pelo conjuntos das comunidades, mas também no caso de decisões importantes, para obter a opinião das bases. A edição regular das contas da gestão por parte de todos os responsáveis foi sistematizada. Para evitar a institucionalização do poder, um sistema de rotação foi posto em prática. Nos *caracoles*, por exemplo, ela é realizada a cad 15 dias e o serviço é voluntário, sem retribuição. As necessidades básicas (alimentação e alojamento) das pessoas designadas para as comunidades ou municipalidades são asseguradas mas de forma austera. Portanto não é um privilégio. A igualdade de sexo é estritamente respeitada.

Tudo isso pode parecer vir de uma utopia ou, como escreve Bernard Duterme, inspirado em um “[...] saber libertário” (DUTERME, 2011) e é isso mesmo. No entanto, a experiência prossegue há 20 anos. Sem dúvida, trata-se “de aprender andando”, como eles dizem, e é preciso não idealizar uma organização social de gestão coletiva, como se tratasse de uma realidade angelical ou de um “[...] povo nascido antes do pecado original” (como dizia com tanta simpatia, Franz Hinckelamert, o filósofo de origem alemã, a respeito da Nicarágua). A fidelidade a democracia

participativa e direta tem um preço : nada se faz rapidamente. Isso remete também à concepção indígena tradicional de tempo cíclico e não linear. Os símbolos do *caracol* e da espiral correspondem a ele perfeitamente. Pelo menos o que se constroeu é sólido.

Praticar a igualdade dos sexos no exercício das tarefas coletivas também é um princípio que por vezes parece contradizer a eficiência já que, depois de tantos séculos de submissão, o comportamento feminino está ressentido. Tendo participado em diversas reuniões em nível municipal ou dos *caracoles*, para mim é fácil constatar isso. Mesmo se o número de homens e de mulheres fossem matematicamente iguais, a palavra pedida pelos primeiros não deixa muito espaço para intervenção para as segundas, que além disso nem sempre parecem realmente querer se manifestar. O peso da cultura não se corrige por decretos. É verdade que Popol Vuh, a grande narrativa mística maya, descrevia a criação como fruto da ação conjunta de uma dupla divindade, homem e mulher, enquanto as categorias de oposição do pensamento dito "ocidental"⁶ se exprimem em termos de complementariedade. No entanto, em qualquer sociedade, o mito refere-se mais à teoria ou à utopia do que à realidade.

⁶ A respeito desse termo que designa sua origem européia, Marcos diria que temos problemas geográficos!

Alguns concluíram que os zapatistas desprezavam o poder. A atitude deles frente à política nacional acabava por reforçar esta crença. Daí a idéia de que eram fiéis discípulos de John Holloway que, em um livro célebre, propugnava a idéia que se podia mudar as sociedades sem tomar o poder (J. Holloway, 2001)⁷. Nada é mais distante da posição zapatista, como manifestam autores como Carlos Antonio Aguirre Rojas (2010, p.181-184), Jérôme Baschet (2009, p. 31) et Bernard Duterme (2009). De fato, não encontramos nos zapatistas qualquer desprezo pela política enquanto exercício do poder, mas encontramos sim o desejo de fazer " [...] uma outra política ". Para que governar retirando das populações a capacidade de agir que possuem, concentrando o poder em mãos com interesses que não lhe dizem respeito? Portanto, é preciso reconstruí-la a partir de baixo, leve o tempo que for necessário.

A sexta declaração da floresta de Lancadona colocava isso claramente : "Digamos que a política não sirva para nada" Não, o que queremos dizer é que é *essa* política é que não serve. "Ela é inútil porque não considera o povo, que não escuta, que não tem contato em nenhum caso, salvo por ocasião das eleições [...] (Por essa razão) [...] tentaremos construir, ou reconstruir,

⁷ O pensamento de John Holloway é claramente mais sutil do que a simplificação do título que tem. Ele distingue principalmente "o poder sobre" do "poder de" e insiste também sobre a importância dos movimentos sociais para as transformações sociais.

uma outra forma de fazer política.” (AGUIRRE ROJAS, 2010, p. 177).

A base da organização do poder é, portanto, o auto-governo. Isso funciona no nível das comunidades, no das municipalidades e até em grupos de boa governança nos seios dos *caracoles*. Mas, o que ocorre com os Estados ou, ainda mais, com a Federação nacional mexicana? A dimensão geográfica e demográfica não é um fator que modifica a qualidade própria do exercício do poder? Evidentemente os zapatistas não puderam experimentá-la e a atitude prática deles a esse respeito foi a rejeição das formas existentes, o que aparentemente os aproximava dos anarquistas. Porém, olhando mais de perto, sem excluir uma certa simpatia por esses últimos posicionamentos, o que aparentemente os aproximava delas, que claramente não exclui a possibilidade de uma formação política em nível nacional, a serviço do povo, não corrompida e eficaz. Contudo, é evidente que nas condições atuais, o movimento deseja concentrar-se na construção de outro poder, onde atualmente seja possível, isto é, no nível local.

Como as municipalidades zapatistas estendem-se uma às outras, em metade do território de Chiapas coloca-se também a questão das relações entre entidades tão diferentes. As primeiras são auto-geridas, porém sem o menor apoio do Estado regional ou federal, e devem portanto criar suas próprias condições fiscais. As segundas recebem contribuições e subsídios oficiais,

porém são fortemente controladas, a permanência delas sob a proteção do Estado sendo estritamente necessária para o projeto político de contraposição ao zapatismo e sua eventual atração por melhoria dos serviços. As duas jurisdições coexistem nas municipalidades e isso funciona muito bem, por exemplo, no caso da pequena cidade de San Andrés. Foi concluído um acordo para partilha de certas tarefas: os zapatistas, por exemplo, ocupam-se da coleta de lixo e da limpeza pública.

Esté fora de questão, no entanto, estabelecer um tal *modus vivendi* entre sistemas diferentes nos domínios de saúde e educação, já que as filosofias de base são muito distintas. A prevenção predomina na organização da primeira, enquanto o conteúdo da educação, nos diversos níveis, é adaptado às necessidades da comunidade, a sua história, a sua inserção no país e no mundo. E isso vale tanto para as escolas primárias, que ao longo dos últimos anos se multiplicaram, quanto para o nível secundário em que os estudantes são enviados e apoiados financeiramente pelas comunidades. A Universidade da Terra (CIDECI-UNITIERRA), autônoma no entanto, não constitui uma exceção. Ela está situada na região de *Colonia Nueva Maravilla* (feliz coincidência) nos limites da capital do Estado, San Cristobal de las Casas. Construída inteiramente pelo trabalho voluntário zapatista, ela é edificada ao mesmo tempo que lança os alicerces de uma montanha. O principal auditório pode receber, em condições de

simplicidade, mais de 1000 pessoas. Ela dissemina um saber diverso, ao mesmo tempo técnico e humanista.

Seu diretor, Dr Raymundo, diplomado na Universidade Grégorienne de Roma, vela esse complexo discretamente mas com autoridade. Seu escritório situado no centro do campus emite música clássica ao longo de todo o dia, que inspira seus trabalhos e reflexões.

O exercício da justiça tradicional também é competência das municipalidades e sobretudo dos Conselhos de Boa Governança estabelecidos em nível dos *caracoles*. É uma das reivindicações do conjunto dos povos indígenas do continente. Eles acham, de fato, que certas causas são melhores defendidas neste nível, pois desse modo elas não são presas das considerações da direita moderna, em especial em termos fundiários. Além disso, pensam também que as penas fixadas para reparações (trabalhar para a família da vítima ou para a comunidade) tem mais eficácia social do que as penas de reprovação, tais como prisão e multas.

Fizemos alusão ao sub-comandante Marcos. De grande formação intelectual, domina todo um arsenal de conhecimentos. Filósofo de formação, ensinou comunicação, o que o levou a tornar-se um virtuose nas palavras na escrita. Sua formação no pensamento crítico e revolucionário lhe dotou com uma sólida base de análise sócio-econômica. Seu don para

relacionamento direto lhe ajudou para a compreensão da cultura dos outros e a se familiarizar-se com a mentalidade dos povos originários. Seu realismo o levou á deixar o dogmatismo e a seguir os caminhos de um poder a ser profundamente refundado, daí seu título de sub-comandante. No entanto, na tradição de leadership bem latino americana, ele é também uma referência incontornável, que corre o risco de complicar a institucionalização do movimento e sua reprodução a longo prazo. O carisma pessoal é sem dúvida uma vantagem real, mas não é suficiente. O “Sup” compreendeu isso bem desde o início, mas interrogou Elias Contreras sobre “a cor” do poder quando seu principal representante, que afinal de contas também é mortal, começar a ceder a via que o transformará em ancestral?

O humor que Marcos deixa claro em sua obra literária, seus comunicados, suas instruções, o faz uma personagem cheia de atrativos, algumas vezes levado pela lógica do estilo a ponto de tronar-se um pouco seu prisioneiro. No entanto, o valor pedagógico de seus escritos é indiscutível. Salvo talvez quando se deixa levar pelo demônio das “ciências da comunicação”. Nesse momento, é preciso ser um bom conhecedor da mitologia grega para seguir os meandros de seu pensamento. É preciso até decifrar os mistérios do pensamento pós-moderno, que faz desse domínio o centro de seu empreendimento para a destruição de

dogmas, de sistemas, de estruturas, das teorias, em suma das “grandes trajetórias”. Em suma, quando a forma torna-se a mensagem. Sem dúvida, Marcos sabe transitar em todas essas searas, mas o comum dos mortais se sente um pouco perdido e ... em matéria de comunicação, é um pouco como pedir à um escaravélio um scarabée de madeira (no caso, Don Durito) para se considerar uma libélula.

É assim que diferentes “bonés”, que o “sub” porta consigo sempre mantendo o mesmo cachimbo, o faz uma personagem múltipla. Se foi o promotor de uma guerrilha que marcou a história da nação mexicana e inspirador de uma fórmula política que redefiniu nas bases o que é o poder, se sustentou a revolta e em seguida a organização dos povos maias do Chiapas, ele também é um homem de letras. Em 2005, no mesmo dia em que eu participava, na Universidade de Guadalajara, da banca de tese de uma socióloga cubana sobre sociologia da religião, Marcos apresentava na Faculdade de Letras, nesta mesma Universidade, seu último romance. Alguns acharam que era um pouco estranho para um líder revolucionário. Outros pensavam que não era proibido a uma personagem assim também ser um escritor.

Em fevereiro de 2013, por ocasião da inauguração da Feira do Livro de Havana, encontrei um historiador cubano, que havia sido adido militar no México e que tinha uma obra especializada nessa área. Conversamos

sobre o zapatismo, e ele me perguntou se Marcos tinha voltado a Chiapas. Um pouco surpreso, lhe respondi que muito provável que sim, já que seus últimos comunicados foram enviados “das montanhas do sudeste mexicano”. Segundo o militar cubano, ele tinha estado por um bom tempo na capital. Acrescentou que o Presidente da República lhe tinha pregado uma boa peça ao autorizar que fizesse uma coletiva pública, na mesma noite de um grande concerto dos melhores grupos musicais do país. Acrescentou que tinha recebido diversos convites do governo mexicano para ir a Chiapas, mas que tinha sempre declinado do convite.

Nos perguntamos algumas vezes qual é a atitude de Marcos vis-à-vis de Cuba. Seu movimento revolucionário foi posto em marcha 35 anos após a revolução cubana, pouco após a queda do muro de Berlin, em plena contestação dos regimes do “socialismo real”. Não tinha por finalidade a tomada do poder em nível nacional. Tudo isso parecia se distanciar da Revolução cubana, tanto em nível dos objetivos quanto de seus métodos. Diversos intelectuais e movimentos sociais de diversas partes do mundo gostavam de frisar essas diferenças, vendo nisso um apoio a suas teses críticas à Cuba, em que a ilha era considerada como vestígio de um passado com dificuldades para morrer.

Ora, em 2003, por ocasião da reunião constitutiva do movimento “Para a defesa da humanidade”, no México, pude ouvir a mensagem de Marcos.

Ele enviou um vídeo, muito bem elaborado profissionalmente, para saudar o nascimento desse movimento cujo mentor era um dos seus amigos, Pablo González Casanova. Estavam presentes cerca de duzentas pessoas entre intelectuais, artistas, jornalistas e líderes sociais. Dentre eles Evo Morales, nesta época, dirigente do movimento dos *cocaleros* na Bolívia; Abel Prieto, ministro da cultura em Cuba; Carmen Bohorquez, historiadora venezuelana que iria se tornar secretária executiva do movimento, cuja sede principal seria instalada em Caracas. Marcos fez um histórico ilustrado da Revolução cubana. Afirmou que sem ela os outros países do continente não teriam podido desenvolver os movimentos sociais e políticos que tiveram. Ele fez um elogio a Fidel Castro. Em suma, uma posição clara que impressionou o auditório. Marcos sabia ler a história: sem dúvida que Cuba não era um paraíso, mas o país havia transformado profundamente os objetivos coletivos de uma sociedade, e isto apesar dos obstáculos de todos os gêneros impostos pelos Estados Unidos a algumas léguas de distância de suas costas.

"Se sua revolução não sabe dançar, não me convide para sua revolução"
(Marcos)

Em 31 de dezembro de 2012, o *caracol* Oventic, convidou um grupo de participantes do seminário internacional, que ocorria na Universidade da Terra, para participar

da cerimônia do primeiro ano. Tratava-se essencialmente daqueles que tinham proferido seminários e alguns estrangeiros. Desde 1995, essa entidade tinha funcionado sob o nome de Aguacalientes 2 (a primeira havia sido destruída por ordens do presidente Zedillo). Em 2003, ela se tornara um *caracol*. Este convite correspondia a uma "première" para o *caracol*, pois os zapatistas não tinham qualquer desejo de transformarem-se em atração turística. O seminário terminou seus trabalhos do dia por volta das 21 horas. O tempo suficiente para comer algo no local e os convidados se reunirem em seus carros e mini-onibus para serem conduzidos ao *caracol*. Um desses mini-ônibus apareceu sem combustível suficiente: ir procurar abastecimento às 10 horas da noite, vespéra do ano novo, quando todo mundo se prepara para o réveillon e já tendo fogos de artifícios e morteiros por toda parte! Aguardando que o veículo desse uma volta na cidade para se reabastecer, os outros veículos se juntaram nos arredores da cidade, pois era mais prudente viajar em caravana. Depois de uma hora de espera o comboio pegou a estrada seguindo um caminho montanhoso, cujas curvas me causaram enjôo.

Chegamos por volta de quinze para meia-noite. Centenas de veículos diferentes estacionaram sobre a beira da estrada. O portões do *caracol* estavam fechados e guardados por zapatistas encapuzados. Escutávamos mais abaixo, centenas de metros mais distantes, o barulho da multidão. Fazia

um frio intenso. A lua cheia possibilitava enxergar o essencial da paisagem, como numa pintura impressionista, e milhões de estrelas citilavam no céu. Visivelmente os zapatistas nos haviam esperado mais cedo do que a hora em que havíamos chegado e os responsáveis juntaram-se à cerimônia que começava e que percebíamos ecoar. Advinhávamos a entonação do hino nacional mexicano à meia noite, as invocações dos chamanes, os discursos dos chefes das comunidades.

Durante esse tempo, a discussão ocorreu com os guardas. Explicaram que não tinham autorização para nos abrir as portas e que deviam consultar os responsáveis. Muito gentilmente, quatro deles aceitaram descer a colina, no passo dos montanhesees, para chegar ao pátio da escola secundária onde ocorria a cerimônia. Íamos aprender pela nosa própria experiência, o que significa a democracia direta e a noção de tempo circular. Após um bom momento, vimos a silhueta deles perfilarem-se no caminho. A subida mostrou-se mais lenta que a descida. Eles carregavam folhas de papel nas mãos. Nos anunciaram que podíamos entrar, mas que antes disso era preciso preencher as listas, com nossos nomes, nacionalidades, datas de nascimentos, profissões e números dos passaportes. A operação durou uns quinze minutos e os quatro companheiros retomaram a estrada, sempre no mesmo ritmo, para a verificação por parte dos responsáveis. Finalmente retornaram para nos abrir os portões.

Isso tudo durou uma hora e quinze e nós esperávamos no frio, sem podermos sentar, mas fascinados pela experiência. Ninguém se queixou. Ao contrário, nos concentramos no cume da descida, felizes com o bom desenrolar dos acontecimentos e cruzando com grupos cada vez mais numerosos de mulheres, homens, crianças, todos portando seus bonés. A cerimônia tinha acabado de terminar e as danças iam começar. Dois grupos musicais a cada turno animava o evento, um tocando “mariachis” e o outro cantos populares, tudo sob a bandeira mexicana. Centenas de zapatistas se puseram a dançar, mexendo as pernas no ritmo das orquestras e quase sem pararem. Meu estômago, um pouco maltratado pela viagem, quase não me permitia grandes manifestações, porém com o ambiente propício participei de bom grado.

Vindos de todos os cantos do território do *caracol*, essas comunidades indígenas e de camponeses quebravam então a banalidade do cotidiano, para conviverem entre si e celebrarem o aniversário do levante de 1994 e, ao mesmo tempo, o início do calendário solar. Ora, este último não era fruto de suas tradições, mas de um tempo penetrado pela história de suas conquistas, calendário que assim reivindicavam também como deles. A festa estava ainda no auge quando decidimos retornar a nossos veículos para retomarmos o caminho de San Cristobal. Eram três horas da manhã. A subida foi longa. Era preciso

também pensar no seminário que continuaria a partir da manhã de 1 de janeiro.

A organização sócio-política

As instituições zapatistas contituem-se em três níveis. O primeiro é aquele da comunidades, baseado nas estruturas e papéis tradicionais, tanto nas tarefas de organização quanto no plano simbólico. Os principais fundamentos são a autonomia e a democracia direta. O segundo nível (*Marez*) é constituído pelas comunas autônomas ou municipalidades, cujas autoridades são eleitas pelas comunidades. Correspondem, com transformações, à entidade administrativa introduzida pela colonização e reproduzida na independência. Reunem o cumprimento de tarefas clássicas desta dimensão com as instâncias zapatistas, que partilham o território com os não-zapatistas.

Os conselhos de boa governança, organizados desde 2003 sob a forma de *caracoles*, constituem o terceiro nível, coordenam os dois primeiros e constituem-se como o elo dos serviços comuns da administração, da saúde, da educação, do exercício da justiça, que ultrapassam a competência dos escalões inferiores. Todas as decisões desses Conselhos devem, no entanto, ser aprovadas na base, pelas comunidades, dado o princípio: “comandar obedecendo”. Tudo isso permite aos zapatistas dizerem, em seu comunicado de 30 de dezembro de 2012, que retomaremos mais à frente :

“Aqui, não sem mitos erros e inúmeras dificuldades, já há uma outra maneira de fazer política”.

Uma estrutura particular é a da Armada Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Criada na floresta de Lacandona nos anos 80, dirigida por Marcos, composta essencialmente e até os graus mais elevados de indígenas das diversas nacionalidades mayas, é ela que iniciou as operações em 1994, ocupando as principais cidades de Chiapas. Desde o cessar-fogo ela retornou para a floresta no sudeste do Estado e não retomou mais as ações militares, sem no entanto dissolver-se enquanto os Acordos de San Andrés não forem aplicados. Uma estrutura particular é a da Armada Zapatista de Libertação Nacional. Para sua manutenção operacional, cada comunidade apresenta anualmente uma quantidade determinada de jovens, homens e mulheres, que cumprem um serviço militar. Ela é sobretudo composta de *insurgentes* permanentes e de reservistas que devem de tempos em tempos atualizar suas formações.

Fim de 2012 : os novos comunicados

Em 30 de dezembro de 2012, nós os escutamos no momento em que ocorria o Terceiro Seminário Internacional de Reflexão e Análise, o sub-comandante Marcus tornava público, após um silêncio prolongado, três comunicados datados de fins de dezembro de 2012, o primeiro emitido em comum em nome do *Comitê clandestino revolucionário*

indígena e do *Comando geral da Armada Zapatista de Liberação Nacional*, e os outros unicamente em nome do EZLN. O primeiro documento era o mais significativo. Além do fato de lembrar que os zapatistas não tinham sumido e tinham até mesmo melhorado sua situação quantitativamente e qualitativamente, a principal proposição era pedir a aplicação dos Acordos de San Andrés reconhecendo o direito dos povos indígenas e o fato de, antes de serem denunciados pelo presidente naquela ocasião, terem sido assinados pelo Governo federal dirigido pelo mesmo partido que hoje havia retomado a direção do país (o PRI).

Em seu estilo próprio, os zapatistas afirmavam desde o início: “Eles (os políticos) não têm necessidade de nós para fugir do fracasso. Nós não temos necessidade deles para sobreviver”. De fato, é necessário lembrarmos que as eleições haviam (duvidosamente) reconduzido o PRI ao poder, após dois mandatos presidenciais exercidos pelo PAN, o partido de direita que se seguiu a formação de um novo partido a “sua” esquerda, o PRD. Para os zapatistas combinava-se, portanto, a nova era do calendário maya e uma nova conjuntura política no país.

O comunicado anunciava também novas iniciativas para consolidar o Congresso nacional indígena e reconstruir laços com os movimentos sociais sobre o plano internacional e nacional. Ele reafirmava sua crítica aos meios políticos e a todos os partidos que exerceram o poder.

Os dois outros comunicados tinham um caráter mais específico. Um intitulava-se: “Nós não o conhecemos?” A valia os nomes dos novos responsáveis políticos, perguntando-se se a lista deles não tinha sido publicada em uma data ruim (24 de dezembro), quando deveria ser em 28 (dia dos inocentes)? Uma após outra, as trajetórias políticas eram retraçadas, desde o presidente da República até governadores e ministros, indicando um rosário de malefícios: massacres, prisões, corrupção. O terceiro comunicado era uma carta destinada a Luis Hector Álvarez Álvarez, do PAN, a propósito do fracasso de seu partido e visando principalmente ao ex-presidente Felipe Calderón, sob sua égide o México conhecera o período mais sangrento de sua história. Álvarez acabara de publicar um livro de memórias (*Corazon indígena*). Tinha sido membro da Comissão parlamentar de la Concorde e da Pacificação (COCOPA) e Marcos tinha apreciado sua atitude na época. Em seguida ele foi nomeado pelo Presidente Fox (PAN) Comissário da paz em Chiapas e, em seguida, titular da Comissão para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, tarefa na qual exerceu um papel contraproducente. Marcos lhe pedia que abandonasse seu partido para retomar a via que seguira no passado.

Com sempre esse comunicados começavam por referências literárias, sobretudo de Mario Benedetti. Para os não iniciados tudo isso parecia um

pouco desconcertante, senão fruto de certa deformação profissional. Porém este é o estilo de Marcos que provavelmente chegou a uma idade difícil de mudar.

A proposição do “Sub” de pedir ao Governo para reconhecer os acordos de San Andrés recebeu uma acolhida favorável por parte da opinião pública e até em certos meios políticos. O novo governador do Chiapas, do Partido Verde Ecologista do México (criado por Salinas de Gortari) reagiu positivamente a retomada de um diálogo. Foram libertados dois simpatizantes dos zapatistas, prisioneiros desde junho de 2012. No parlamento, um voto foi emitido no mesmo sentido pela Comissão permanente do Conselho da União. A proposição veio de Dolores Padima, do PRD, mas ela também teve apoio de parlamentares do PRI e do Partido Verde Ecologista do México. No entanto, três meses após a intervenção de Marcos nada fora concretizado.

Mesmo no seio da esquerda mexicana, havia reticências. Alguns não esqueciam o Outro campo, nem o fato de ter posto todos os partidos em um mesmo saco. Alguns - e a informação me foi dada em Cuba, pelo antigo vice-presidente do senado mexicano - afirmavam que se Marcos exigia a aplicação dos acordos, deveria também mudar de atitude e parar de monopolizar a ajuda internacional destinada às comunidades. Em suma, novamente acusações capazes de

desacreditar o líder zapatista, no entanto sem apresentar provas.

A dimensão internacional

Desde o início, o sub-comandante Marcos frisou a dimensão internacional da ação dos zapatistas. O caráter anti-sistêmico do movimento foi claramente afirmado (o capitalismo não é uma realidade unicamente local). Foi assim que a oposição ao neoliberalismo surgiu como central para os objetivos da resistência. A reunião “inter-galática” de 1996 foi uma expressão particularmente visível disso e a presença de inúmeras nacionalidades entre os participantes, tal como Alain Touraine, o sociólogo francês, marcava tal importância. O ano de 2007 viveu a organização da reunião internacional das mulheres pela Dignidade. Em 2009, por ocasião do 15º aniversário da insurreição, ocorreu o “Festival mundial da raiva indignada” da Festival mondial de la digne Rage, manifestando sempre a mesma preocupação de aumentar as perspectivas e lembrar “[...] que existem inúmeros mundos dentro do mundo”. O mesmo ocorreu com os seminários internacionais que foram organizados entre 2007 e 2012.

Além disso, a solidariedade internacional exercia um papel importante para a manutenção do movimento. Milhares de pessoas em todo o mundo, sobretudo jovens, ficaram fascinados pelos objetivos e os métodos zapatistas. Muitos se mobilizaram para a organização de

uma ajuda material. O movimento camponês internacional, a Via Campesina aproximaram-se dos zapatistas, devido seu caráter rural e métodos de cultura orgânica que recomendavam. Esse movimento delegaram um representante permanente junto ao movimento.

Os contatos com o Fórum Social Mundial que ocorreu pela primeira vez em Porto Alegre no Brasil, em 2001, foi pouco frutífero. Por um lado, os zapatistas temiam perder sua autonomia de iniciativa engajando-se em tais instâncias e, por outro lado, os princípios reafirmados na carta do FSM excluíam da organização de atividades neste fórum, não apenas qualquer partido político, mas também todo movimento de resistência armada. Ora, em 1994 a revolta zapatista atuou com armas e a Armada Zapatista de Liberação Nacional não estava desativada, mesmo se desde a data inicial do movimento nenhuma operação havia sido empreendida por eles. Claramente se houvesse uma verdadeira vontade mútua, haveria meios de achar uma solução, por exemplo, via uma ONG, como fizeram diversos partidos políticos.

O anúncio no primeiro comunicado em fins de 2012, que novas iniciativas seriam tomadas no plano internacional, evidentemente suscitou interesse. O título do terceiro seminário internacional (30-31 de dezembro e 1-2 de janeiro de 2013): *Planeta terra e movimentos anti-sistêmicos* era significativo. Participaram desse encontro diversos movimentos

indígenas, desde os Qom da Argentina, até os Mapuches do Chile, passando pela Coordenação Indígena do Equador (CONAIE) e evidentemente zapatistas e diversos membros do Congresso indígena nacional do México. Estava também presente um antigo dirigente dos panteras negros dos Estados Unidos, uma representante do Movimento pela justiça dos bairros de New York, um importante representante do movimento de camponeses da Argentina e intelectuais do México e da Europa. Os debates deram, de fato, uma idéia clara da direção que queria controlar o movimento, na tradição anti-sistêmica e de defesa da Terra-mãe, mas quase não deram informações sobre as novas iniciativas internacionais que iam ser propostas.

Tudo seria concretizado progressivamente nos comunicados enviados, não mais das montanhas do sudeste mexicano, mas “[...] a partir de qualquer que fosse o recanto do mundo”. Ao longo dos primeiros meses de 2013, esses comunicados insistiam claramente na união da luta nacional e internacional. O sexto deles se redefiniu como uma rede de luta anti-capitalista. Os objetivos também ficaram mais precisos: passar do anti-capitalismo ao que queremos construir: que mundo?, com quem?, como? (BASCHET, 2013). Quanto à continuidade do movimento, manifesta-se principalmente pela designação de um segundo sub-comandante, Moises, indígena tseltal, que era até então justamente o tenete de Marcos. Ela se encarregara de

organizar algumas das novas iniciativas.

O que se pode reter da experiência e do “renascimento” do zapatismo ?

Primeiro de tudo, aparece que o fundo indígena do movimento é um elemento essencial para sua continuidade. De fato o zapatismo não é unicamente indígena e os zapatistas não são todos indígenas, mas a expressão da luta para recuperar a dignidade e a identidade dos povos indígenas é um elemento de base, que pode servir de referência a outras regiões onde a pluri-nacionalidade é um fato importante.

Uma segunda constatação é o caráter anti-sistêmico do movimento, consciente da necessidade de formular um outro paradigma para a vida humana sobre a mãe terra. Tal esforço exige uma visão de conjunto que englobe as relações com a natureza, com a produção material das bases da vida, com a organização coletiva e com a cultura enquanto leitura do real e construção da ética social. Isso pode se traduzir de diversas formas, o “ bom viver ” ou o Bem Comum da Humanidade.

A terceira constatação é a concepção do exercício do poder sendo fiel à democracia na sua base. Trata-se de uma outra filosofia do serviço público que funciona em nível local e pode servir de exemplo, mesmo se isso continua frágil e difícil de colocar em prática. A grande questão para o

futuro evidentemente é a aplicação desses princípios nas dimensões regionais e nacionais.

Uma quarta reflexão concerne à “[...] descolonização dos espíritos”, que se traduz principalmente no conteúdo da educação, aliando a referência ao passado com a construção do futuro. As transformações sociais e econômicas não se fazem sem mudanças culturais.

Enfim, o líder carismático, que geralmente é uma característica dos movimentos revolucionários, mas também das revoltas camponesas e indígenas, mostra-se extremamente útil para o início e a construção do movimento, mas pode ser problemática para sua continuidade, o que parece que os zapatistas tem bastante consciência.

Os zapatistas deram e continuam dando uma grande lição para repensar e para construir o socialismo. Eles fizeram isso no nível em que atuam, com a própria experiência, mas também com uma visão que ultrapassa o horizonte imediato deles. No momento em que propõem a se interrogarem sobre o que poderá ser um mundo pós-capitalista, é tempo de lhes dar um lugar no seio do movimento altermundista e da construção social e política internacional, evidentemente à condição, diria Don Durito, le scarabée da floresta, que o calendário e a geografia deles (quer dizer, sua filosofia e vontade) lhe permitam.

Quito, 01.03.13

Referências

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Chiapas, Planeta Tierra**. Mexico : Ediciones Contrahistorias, 2010.

BASCHET, Jérôme. **La rebellion zapatiste**. Paris: Champ Flammarion, 2004.

BASCHET, Jérôme. Les zapatistes sont toujours là! **Revue du CQFD**, n.109, mars 2013. Disponível em: <<http://cqfd-journal.org/Les-zapatistes-sont-toujours-la>>.

DUTERME, Bernard. **Indiens et Zapatistes**. Bruxelles: Ed. Luc Pire, 1998.

DUTERME, Bernard. Passés de Mode, les Zapatistes. **Le Monde Diplomatique**, octobre 2009. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2009/10/DUTERME/18230>>.

HOLLOWAY, J. **Changer le monde sans perdre le pouvoir**. Paris: Syllepse, Montréal, Lux, 2008.

MARCOS , Sous-commandant. **Saisons de la Digne Rage**: présentation de Jérôme Baschet. Paris: Climats-Flammarion, 2009.

LE BOT, Yves. **Subcomandante Marcos, El sueño zapatista**. Barcelone: Anagrama, 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54826031/8834462-Subcomandante-Marcos-e-Yves-Le-Bot-El-Sueno-Zapatista>>.